

Artifício 331 fiscal reduz a dívida

Fernando Martins

Brasília — A dívida pública e as necessidades de financiamento do Banco Central reduziram o ritmo de crescimento em função da mudança da política de taxas de juros nos leilões do BC, da política fiscal adotada em dezembro de 1985 e da monetização da economia provocada pelo programa de estabilização econômica.

Segundo um documento divulgado ontem pelo Banco Central, a dívida mobiliária federal fora do Banco Central, que até o primeiro semestre de 1985 apresentava uma tendência de aceleração, com taxas de expansão nominal de 600% e de 100%, descontada a correção monetária, a partir de setembro caiu de ritmo, encerrando o ano com taxas de expansão de 385% em termos nominais e de 52%, descontada a correção monetária.

De acordo com o documento do Banco Central, no primeiro semestre deste ano, acentuou-se a tendência de redução do ritmo de crescimento. No final de junho, a taxa de expansão nominal foi de 173%, percentual que se reduz para 7,7%, descontada a correção monetária contabilizada até março. A partir de abril, a dívida mobiliária acusou uma queda nominal de 9,1%, passando de Cz\$ 389 bilhões em março para Cz\$ 353 bilhões em junho.

As necessidades de financiamento do Banco Central no primeiro semestre de 1985 obrigaram o BC a colocar Cz\$ 22 bilhões 573 milhões em títulos públicos. No primeiro semestre deste ano o BC recolheu Cz\$ 13 bilhões 954 milhões, isto é, reduziu a dívida junto ao público. Com isso, a relação necessidade de financiamento do BC com o Produto Interno Bruto caiu de 2% no primeiro semestre de 1985 para 1,8% para o mesmo período deste ano.

A mudança na política de taxa de juros do BC teve início na gestão de André Lara Resende, diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central. Quando assumiu em setembro de 1985 essa diretoria do BC, Lara Resende imprimiu uma política totalmente diferente do seu antecessor, José Júlio Senna, que defendia um controle da base monetária (emissão primária de papel-moeda) através de altas taxas de juros.

Ao assumir em setembro de 1985, Lara Resende partiu para uma política menos ortodoxa em relação ao tratamento que deveria ser dispensado à redução da base monetária, pois constatou que as altas taxas não atuavam no sentido de diminuir a liquidez. As taxas foram reduzidas e nem por isso o governo deixou de captar. Com o pacote fiscal de dezembro, as necessidades de financiamento do governo reduziram (aumento de receita, antecipação do IR, declaração semestral das empresas etc) pressionando menos ainda a política de endividamento público.

O plano de estabilização econômica de fevereiro deste ano provocou uma grande monetização da economia. Do crescimento dos meios de pagamento em Cz\$ 215 bilhões de janeiro a junho de 1986, o Banco Central se apropriou de Cz\$ 50 bilhões em compulsório dos bancos e Cz\$ 25 bilhões em papel-moeda, o que possibilitou o resgate de títulos públicos federais.

Ao estabelecer novas regras na política fiscal para o sistema financeiro, penalizando as aplicações de curto prazo, o governo colocou o investidor diante de duas opções: ou aplica a curto prazo ou deixa o dinheiro parado no banco na conta de depósitos à vista.